

## Prova 06

- 1- A Lei Eloy Chaves foi o primeiro ato normativo que tratou de previdência social no Brasil. Antes dela, os trabalhadores eram amparados pelas casas de misericórdia.
- 2- Antes mesmo da edição da Lei Eloy Chaves, já tinha legislação sobre o acidente do trabalho.
- 3- A década de 30 foi marcada pela criação de vários institutos de aposentadorias e pensões – IAP, sendo IAPM o primeiro instituto a ser criado no Brasil. Os IAPs amparavam categorias de trabalhadores e vieram substituir as Caixas de Aposentadorias e Pensões, ligadas às empresas.
- 4- O INPS – Instituto Nacional de Previdência Social foi criado em 1966 com a fusão do IAPAS e do INAMPS.
- 5- O termo previdência foi inserido pela primeira vez pela Constituição Federal de 1934 que trouxe, também, a forma tríplice de custeio.
- 6- A Seguridade Social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos à saúde, à educação, à previdência e a assistência social.
- 7- A previdência social tem como características, a filiação obrigatória e o caráter contributivo, sendo organizada por regimes que atendem, separadamente, as populações urbanas e rurais.
- 8- A assistência social e saúde deverão ser prestadas a todos, independentemente de contribuição à seguridade social.
- 9- Compete ao sistema único de saúde – SUS participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e colaborar na proteção do meio ambiente, nele incluído o do trabalho.
- 10- A saúde é um direito de todos e dever do Estado. Conforme dispõe a Constituição Federal, a União deverá aplicar recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde. Esses recursos serão calculados sobre a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro da União, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento).
- 11- As ações governamentais de assistência social serão financiadas com recursos dos orçamentos da seguridade social e de outras fontes e têm como diretriz a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- 12- Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão vincular até 0,5% de sua receita tributária líquida a programa de apoio à inclusão e promoção social,
- 13- João é uma criança de apenas 08 anos e esta precisando de tratamento de saúde. Acontece, porém, que não poderá ser atendido pela rede pública de saúde porque seu pai do qual ele é dependente não é filiado à Previdência Social.
- 14- O princípio da contrapartida prevê que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total. Mas no caso da assistência social, os beneficiários serão atendidos, independentemente de contribuição à seguridade social.
- 15- A concessão do auxílio-reclusão somente aos dependentes dos segurados de baixa renda do RGPS é justificado pelo princípio da distributividade dos benefícios e serviços, previsto na CF.
- 16- O princípio da preservação do valor real dos benefícios previdenciários prevê que os benefícios pagos pelo regime geral de previdência social sejam reajustados anualmente, na

mesma data de reajuste do salário mínimo, devendo seus valores ser vinculados ao número de salários mínimos.

17- O princípio da equidade na forma de participação do custeio da seguridade social permite que as contribuições das empresas tenham alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica.

18- Os tratados e convenções e outros acordos internacionais de que Estado estrangeiro ou organismo internacional e o Brasil sejam partes e que tratam de matéria previdenciária serão interpretados como norma especial.

19- No caso de pensão por morte deve-se aplicar sempre a legislação vigente na data do fato gerador do benefício, ou seja, na data do óbito do segurado, ainda que a legislação posterior seja mais benéfica.

20- Quando o intérprete de uma norma utilizada do método sistemático de interpretação, ele busca compatibilizar o texto legal com as demais normas que compõem o ordenamento jurídico, tratando a lei objeto de interpretação como parte de um todo.

21- Júlio, brasileiro civil, domiciliado e contratado na Noruega para trabalhar naquele país em organismo internacional do qual o Brasil é membro efetivo, não é amparado por regime próprio de previdência. Nesse caso, pode-se afirmar que Júlio é segurado obrigatório do RGPS, na condição de empregado e não precisará cumprir carência ao requerer o benefício de salário-maternidade.

22- O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no RGPS de antes da investidura.

23- Marcelo é segurado especial do RGPS. Caso Marcelo se associe à cooperativa de crédito rural, ele passará a ser enquadrado como segurado obrigatório do RGPS na condição de contribuinte individual.

24- Chico Rei, segurado especial, durante os finais de semana canta em bares de cidade. Se o Chico Rei exercer atividade artística por mais de 120 dias ao ano, perderá seu enquadramento de segurado especial e passará a ser qualificado como contribuinte individual, mesmo que o seu rendimento mensal não ultrapasse a 01 salário mínimo.

25- José dos Peixes é pescador artesanal e exerce individualmente sua atividade numa embarcação de 21 toneladas de arqueação bruta. Nesse caso, José dos Peixes será contribuinte individual.

\*Analise a situação hipotética e julgue as assertivas abaixo.\*

*Jorge, segurado facultativo do RGPS, há 10 meses, dois meses após ter obtido, junto ao cartório, declaração de união estável com seu companheiro. Lucas, 29 anos faleceu em consequência de grave acidente de trânsito. Jorge era pai de Sofia, de quatro anos de idade, fruto do casamento com Dalila, de quem estava divorciado havia dez anos, e a quem não pagava pensão alimentícia. Jorge era, ainda, responsável pela manutenção de sua própria mãe, Mariana, viúva, que não possui renda própria e de seu irmão deficiente mental de 18 anos.*

26- A pensão por morte não poderá ser concedida para os dependentes de Jorge porque ele tinha, na data do óbito, apenas 10 contribuições no RGPS. O segurado não havia cumprido a carência mínima exigida para a concessão de pensão por morte que é de 24 contribuições mensais.

27- Apenas a filha de Jorge, Sofia, menor de vinte um anos de idade, faz jus à pensão por morte, visto que a ela não se exige prova de dependência econômica.

28- A pensão por morte recebida por Sofia, no caso do falecimento de seu pai, será prorrogada após ela completar 21 anos, caso esteja cursando ensino superior.

29- Fazem jus ao recebimento da pensão por morte, em igualdade de condições, Sofia, Mariana, únicas dependentes legais de Jorge.

- 30- Lucas terá direito à pensão por morte em igualdade de condições com Sofia, pois ambos integram a primeira classe de dependentes, para os quais não se presume prova de dependência. No entanto, Lucas receberá pensão por morte de Jorge apenas por 4 meses.
- 31- A dependência econômica dos filhos, do menor sob tutela e dos enteados do segurado é presumida, não cabendo produção de prova material de dependência.
- 32- É possível companheiro de união homoafetiva ser dependente do segurado do RGPS. Para isso, é necessário que se comprove a dependência econômica do segurado e união estável há, pelo menos 02 anos.
- 33- Maria, empregada doméstica, sofreu um acidente quando voltava do serviço. Em razão desse acidente, Maria ficou sem condições de trabalhar por mais de dois meses. Requereu, então, junto ao INSS o benefício de auxílio-doença acidentário, o qual foi negado por não ter sido reconhecida sua incapacidade decorrente de acidente do trabalho. Nessa situação, a posição da autarquia previdenciária está correta, porque empregada doméstica não tem direito aos benefícios acidentários.
- 34- Joaquina trabalha para uma pessoa física no âmbito residencial desta, 03 dias por semana, sem exercer atividades lucrativas.  
Um belo dia, Joaquina limpando o chão da cozinha da residência onde trabalha, escorregou e fraturou a perna, o que a levou ao afastamento do trabalho por 60 dias.  
Nesse caso, pode-se afirmar que Joaquina terá direito ao benefício de auxílio-doença acidentário, cujo valor não poderá exceder a média aritmética simples dos últimos 12 salários de contribuição ou, se não alcançado o número de doze, a média aritmética simples dos salários de contribuição existentes.
- 35- O empregador doméstico terá que comunicar a ocorrência de acidente do trabalho à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.
- 36 – Adriana, contribuinte individual há 08 meses, sofreu um acidente automobilístico enquanto viajava durante suas férias.  
Pelos ferimentos sofridos, teve que se afastar do trabalho por mais de 03 meses.  
Pode-se dizer que, embora a segurada esteja incapacitada para o trabalho, ela não poderá receber auxílio-doença, uma vez que não cumprira a carência mínima de 12 contribuições mensais à Previdência Social.
- 37 – Para que o segurado seja aposentado por invalidez é necessário que venha recebendo auxílio-doença por, no mínimo, 02 anos.
- 38 – O empregado e o empregado doméstico em gozo de auxílio-doença serão considerados pela empresa e pelo empregador doméstico como licenciados.
- 39- O Auxílio-acidente será concedido como indenização aos segurados empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e especial quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de trabalho, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exerciam.
- 40- Marcelino vem recebendo auxílio-acidente há cerca de 05 anos. Mesmo assim, continua trabalhando e, agora, vai requerer sua aposentadoria por tempo de contribuição, uma vez que cumprira o tempo mínimo exigido e a carência necessária.  
Pode-se dizer que o auxílio-acidente que Marcelino vinha recebendo será cessado, mas o seu valor mensal será computado no cálculo do valor da renda mensal de sua aposentadoria, considerado, para esse fim, como salário de contribuição.
- 41- Maria adotou uma criança de 09 anos de idade, sendo que a mãe biológica da criança já havia recebido o salário-maternidade. Nessa situação, Maria tem direito ao salário-maternidade por 120 dias a contar da data da adoção.

42- No caso de falecimento da segurada ou segurado que fizer jus ao recebimento do salário-maternidade, o benefício será pago por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que tenha a qualidade de segurado, inclusive no caso de falecimento do filho.

43- O microempreendedor individual (MEI) deve promover o pagamento do salário-maternidade de sua empregada, compensando o valor pago das contribuições devidas, sobre a folha de pagamento.

44- José Carlos iniciou no seu primeiro emprego há 02 meses. Pelo que recebe, é considerado de baixa renda e, percebendo que poderia ter direito ao salário-família por possuir um filho de 04 anos, foi procurar informações acerca desse benefício junto a empresa em que trabalha. A atendente disse que embora José Carlos fosse um segurado e tivesse comprovado possuir um filho de 04 anos, não teria direito de receber salário-família porque teria que cumprir a carência mínima de 12 contribuições mensais. Está correta a resposta da atendente.

45- Maria do Carmo, 55 anos e professora universitária de uma rede particular de ensino pretende se aposentar por tempo de contribuição.

Contribuiu para o RGPS há 25 anos, dedicando-se durante todo esse período ao magistério de ensino superior.

Pode-se afirmar que Maria do Carmo já possui todos os requisitos para se aposentar por tempo de contribuição e poderá, inclusive, optar pela não incidência do fator previdenciário no cálculo da sua aposentadoria.

46- Jane, 62 anos, dona de casa, havia sido empregada em uma fábrica por 18 anos, quando então, decidiu não mais trabalhar e nem contribuir para o RGPS.

Quando saiu do seu emprego contava com 48 anos.

Pode-se afirmar que Jane poderá se aposentar por idade no RGPS e sua aposentadoria será devida desde a data do requerimento administrativo.

47- Paulo trabalha numa fábrica exposto de forma permanente a agentes nocivos e agressivos à sua saúde e à sua integridade física, acima dos limites de tolerância estabelecidos segundo critérios quantitativos.

Paulo pretende comprovar junto à autarquia previdenciária que trabalha em condições especiais que ensejariam à concessão da aposentadoria especial, mas está em dúvida sobre os períodos em que esteve em gozo de férias. Ele não sabe se serão considerados como tempo especial de trabalho.

Pode-se afirmar, no caso, que os períodos de descanso determinados pela legislação trabalhista, inclusive férias, os de afastamento decorrentes de auxílio-doença acidentária serão considerados especiais, desde que Paulo, à data do afastamento, estivesse exposto aos fatores de risco considerados para a concessão da aposentadoria especial.

48- A aposentadoria por tempo de contribuição é concedida ao homem, após 35 anos de contribuição e, à mulher aos 30 anos de contribuição, devendo o seu cálculo utilizar sempre o fator previdenciário.

49- Para que o segurado se aposente por tempo de contribuição sem a aplicação do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria, é necessário que cumpra o tempo mínimo de contribuição exigido pela lei previdenciária, bem como uma idade mínima de 60 anos, se homem e 55 anos, se mulher.

50- O filho do segurado do RGPS que seja condenado, com trânsito em julgado pelo homicídio culposo de seu pai, perderá o direito a pensão por morte.

*\*Veja a situação hipotética apresentada e analise as questões abaixo\**

*Carlos e Patrícia são casados há 05 anos e trabalham na mesma empresa há cerca de 08 anos. Têm 02 filhos, Sofia e Lucas, com 03 e 02 anos, respectivamente.*

*Carlos recebe remuneração mensal de R\$ 6.000 e Patrícia tem um salário de R\$ 20.000, apesar de pouca idade – 28 anos de idade.*

Analise e julgue os seguintes itens

51- Caso Carlos faleça, hoje, terão direito à pensão por morte seus 02 filhos Sofia e Lucas. Patrícia estará excluída do direito a pensão por morte por não depender economicamente de Carlos.

52- O valor da pensão por morte deixada por Carlos corresponderá ao valor da sua última remuneração e será dividido em partes iguais para os dependentes habilitados.

53- Para que a pensão por morte seja paga desde a data do óbito de Carlos, é necessário que seus dependentes requeiram o benefício até 90 dias da data do óbito do segurado.

54- Patrícia terá direito à pensão por morte de Carlos, à qual será dividida com os filhos Sofia e Lucas em partes iguais.

55- Patrícia receberá pensão por morte de Carlos por um período de 10 anos. Após esse prazo, sua cota individual será revertida para Lucas e Sofia. Se Lucas possuísse deficiência intelectual ou mental e fosse exercer atividade remunerada, isso não impediria a manutenção do seu benefício de pensão por morte.

56- Se Patrícia, após 05 anos da morte de Carlos, casar-se novamente, perderá a pensão por morte. Sofia deixará de receber a pensão por morte de seu pai ao completar 21 anos, salvo se estiver cursando ensino superior.

\*Análise a situação hipotética\*

*José, aposentado por tempo de contribuição, recebe o seu benefício no valor de um salário mínimo. Está casado há 01 ano e meio com Marília, professora, 45 anos, com quem tem um filho de 06 meses, Tiago. Dependem, também, de José sua mãe e seu irmão inválido de 15 anos morando todos na mesma residência.*

*Caso José seja recolhido à prisão para cumprir pena de 07 anos em regime fechado, terão direito ao benefício de auxílio-reclusão apenas sua esposa e seu filho.*

57- Os trabalhadores rurais que não possuem toda a carência necessária como rural, mas que satisfaçam essa condição, se forem considerados períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício de aposentadoria por idade ao completarem 65 anos de idade, se homem e 60 anos, se mulher.

58- A renda mensal inicial da aposentaria por idade híbrida corresponde a 01 salário mínimo.

59- Pedro, segurado da previdência social faleceu deixando apenas sua esposa Gabriela e seu filho Junior de 03 anos.

Pode-se dizer que Gabriela e Junior terão direito à pensão por morte de Pedro desde a data do óbito do segurado se requeverem o benefício no prazo máximo de 30 dias a contar do óbito.

60- O Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais fica obrigada a comunicar ao INSS, até o dia 10 de cada mês, o registro dos óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior, devendo na relação contar a filiação, a data e o local de nascimento da pessoa falecida.

61- O salário-maternidade é considerado salário de contribuição e sobre ele incide a contribuição previdenciária.

62- João é funcionário de uma empresa e está afastado do trabalho em gozo de auxílio-doença.

A empresa vem lhe pagando a diferença entre a sua remuneração e o valor do auxílio-doença, direito assegurado a todos os empregados da empresa.

Nessa situação, pode-se afirmar que a complementação do auxílio-doença recebida por João terá incidência de contribuição previdenciária.

63- A contribuição previdenciária do empregador doméstico será de 8,8% sobre a remuneração paga ou devida ao empregado doméstico e deverá ser paga até o dia 07 do mês subsequente ao da competência.

64 – As associações desportivas que mantêm equipe profissional de futebol terão a contribuição empresarial incidente sobre a remuneração dos empregados substituída pela contribuição correspondente a 5% da receita líquida, decorrente dos espetáculos desportivos de que participem em todo o território nacional em qualquer modalidade desportiva, inclusive

jogos internacionais, e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos.

65 – Genildo recebe benefício de prestação continuada previsto na LOAS por ser pessoa com deficiência. Está feliz porque acaba de ser contratado como aprendiz numa fábrica de chocolate.

Pode-se dizer que Genildo terá seu benefício suspenso enquanto estiver exercendo atividade remunerada na condição de aprendiz.

66 – O benefício de prestação continuada concedida ao idoso e à pessoa com deficiência que não têm condições de prover o seu sustento nem de tê-lo provido por sua família, no valor de 01 salário mínimo, tem natureza assistencial e poderá ser recebido conjuntamente com pensão especial de natureza indenizatória.

67 – A concessão do benefício de prestação continuada – LOAS independe da interdição judicial do idoso ou da pessoa com deficiência.